



Av. Jerônimo Monteiro, n.º 96, Ed. Aureliano Hoffmann, Centro, Vitória/ES
CEP: 29.010-002
Fax (27) 3636-3930 - Tel (27) 3636-3905

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2013

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, doravante denominada SEFAZ, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério "menor preço por lote", através do site: www.compras.es.gov.br, **com reserva de cota exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas**, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SUPRIMENTO DE ENERGIA E LICENÇA DE SOFTWARE, conforme Processo nº56630441, devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio da Secretaria de Estado da Fazenda, designados pela Portaria nº69-S, de 18/07/2012, publicada em 19/07/2012, e regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 2.458-R, publicado em 5 de fevereiro de 2010, e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pela Lei Complementar Estadual nº 618/2012, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do órgão promotor do certame, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA" constante da página eletrônica www.compras.es.gov.br.

1.3 - **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 08:00 horas do dia 19/04/2013.

1.4 - **LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** Às 08:00 horas do dia 30/04/2013.

1.5 - **DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 08:01 horas do dia 30/04/2013.

1.6 - **DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** Às 09:30 horas do dia 30/04/2013.

1.7 - **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:** Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço eletrônico: licitacao@sefaz.es.gov.br



2 - DO OBJETO

O objeto deste Pregão é a contratação de empresa (s) para fornecimento de equipamentos de informática, suprimento de energia e licença de software, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I do presente Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O recebimento do objeto da presente licitação se fará na forma estabelecida no anexo VI deste Edital.

4 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento do FUNSEFAZ a cargo da conta de atividade 2.207FI0099, Elementos de Despesa nº 4.4.90.39 e 4.4.90.52, Fonte 0159 (FUNSEFAZ) do orçamento do FUNSEFAZ para o exercício de 2013.

5 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - O contrato terá início no dia posterior à da data da publicação do respectivo instrumento no Diário Oficial do Estado, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, não podendo ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários.

5.2 - É vedada a assunção de obrigações que importem em necessidade de alocação de créditos orçamentários relativos a exercício financeiro futuro.

5.3 - Fica resguardado o prazo de garantia do objeto adquirido, conforme estipulado no Anexo I deste Edital.

6 - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste edital, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratado.

6.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

6.3 - A Contratante pagará à Contratada pelos objetos adquiridos, até o trigésimo dia após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

6.4 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$



Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

6.5 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

6.6 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

6.7 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 e alterações posteriores.

6.8 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

7 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas, conforme indicado neste edital.

8 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário fixados para início da disputa.

9 - REFERÊNCIA DE TEMPO

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília–DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

10.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;

b) estejam cumprindo as penalidades previstas no artigo 87, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, desde que impostas pela própria Administração Pública Estadual;



- c) estejam cumprindo a pena prevista no artigo 87, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93, ainda que imposta por ente federativo diverso do Espírito Santo;
- d) estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;
- e) não cumpram o disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações; e
- f) especificamente na disputa dos Lotes 02, 04, 06, 09 (cota reservada) e 07 (exclusividade), não detenham a condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, assim caracterizadas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006.

11 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

11.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o processo licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- c) conduzir a sessão pública na internet;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) adjudicar o objeto, quando não houver recurso, sendo que, em havendo recursos, competirá ao ordenador de despesas a adjudicação;
- j) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

12.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:



- a) credenciar-se, previamente, junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES, por meio do sítio www.compras.es.gov.br, para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras;
- b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;
- c) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar-se da chave de identificação (login) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação (login) ou da senha de acesso por interesse próprio.
- h) submeter-se às exigências Decreto Estadual nº 2.458-R/10, do Decreto Estadual nº 2.849-R/2011, da Lei Federal nº 10.520/02, e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

12.2 - O fornecedor descredenciado no CRC/ES terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

13 - CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA

13.1 - Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio do site www.compras.es.gov.br, para obtenção de acesso ao sistema eletrônico de licitação.

13.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de login e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, identificado pelo *status* “com certificado”.

13.3 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.



13.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

13.5 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

13.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

14 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão.

14.2 - A impugnação deverá ser feita, de forma motivada, em campo próprio do sistema, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato “pdf”, ou protocolizada no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, somente sendo aceitas impugnações protocolizadas e assinadas pelo(s) impugnante(s).

14.3 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

14.4 - Caso o pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

14.5 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste edital, devendo o pregoeiro prestar esclarecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14.7 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 - DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

15.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e com o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.



15.1.1 - O licitante vencedor deverá indicar a marca e o modelo do produto oferecido, podendo anexar ficha ou catálogo dos produtos.

15.1.2. A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

15.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

15.3 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com o que estará atendido o disposto no Decreto Estadual nº 2.849-R, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

15.4 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo de qualquer sanção criminal cabível.

15.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

15.6 – Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.7 – A proposta comercial vencedora deverá ser apresentada no prazo referido nos itens 17.4 e 17.5, em conformidade com o modelo contido no ANEXO II, acompanhada de todos os documentos nele enumerados, observando-se o que se segue, sem prejuízo para as demais instruções constantes deste edital e seus anexos:

a) Datilografá-la ou digitá-la, em 01 via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, ao contrato, das normas e critérios deste Edital;

b) Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

16 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1 – Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por lote.

16.1.1 – O proponente cuja proposta contiver preços unitários e/ou global superiores ao admitido no edital será desclassificado.

16.2 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

16.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



16.4 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

16.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, que será ativado a critério do pregoeiro.

16.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

16.7 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de menor preço global, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

16.8 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

16.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

16.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

16.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

16.12 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

16.13 - A fase competitiva da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que deverá comunicar aos licitantes, com antecedência mínima de um minuto, o encerramento e o início do tempo aleatório do sistema.

16.14 - No decurso do tempo aleatório concedido pelo sistema para oferecimento de lances, o sistema eletrônico encerrará, aleatoriamente, dentro de um período de até 30 (trinta) minutos, a recepção de lances, após encerramento do tempo normal pelo pregoeiro.

16.15 - Após o encerramento da etapa aleatória de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

16.16 - Na hipótese de comparecer apenas 01 (um) licitante na sala de disputa, passar-se-á, automaticamente, à fase de contraproposta, prevista no item 16.15.

16.17 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



16.18 – No que tange, especificamente, aos Lotes 01, 03, 05 e 08, logo após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

16.18.1 – A Administração declarará no sistema que ocorreu o empate descrito acima e, desde já, convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de preferência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame;

16.18.2 – Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances e negociação, o pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;

16.18.3 – Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital;

16.18.4 – O pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas neste edital;

16.18.5 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

16.18.6 – Caso não ocorra a contratação de microempresas, empresa de pequeno porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

16.19 – Se houver o mesmo vencedor para a cota principal (Lotes 01, 03, 05 e 08) e a cota reservada (Lotes 02, 04, 06 e 09) prevalecerá o menor preço arrematado.

16.20 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

16.21 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.



17 - DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR

17.1 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, exequibilidade e adequação.

17.2 - Constatado o atendimento quanto à compatibilidade do preço, em relação ao estimado para contratação, e quanto às exigências do edital, o licitante que ofertou o menor preço será declarado vencedor e será solicitada a apresentação dos documentos de habilitação.

17.3 – A habilitação do licitante vencedor que se declarar cadastrado no CRC/ES, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificada por meio de consulta efetuada pelo pregoeiro.

17.4 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CRC/ES, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, ou caso algum dos documentos de habilitação registrados no CRC/ES já esteja vencido, deverão ser apresentados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação pelo pregoeiro no sistema eletrônico, salvo a hipótese prevista na Lei Complementar Estadual nº 618/2012, facultando-se o envio por fax.

17.5 - O licitante que houver optado por não apresentar certidão de cadastro no CRC/ES deverá apresentar, em 48 (quarenta e oito) horas, a partir da solicitação do pregoeiro, quando da declaração do vencedor, todos os documentos e anexos exigidos para habilitação, facultada a apresentação via fax na forma do item anterior.

17.6 – Em se tratando de Microempresa - MI, Empresa de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 618/2012, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para fins de assinatura do contrato ou do recebimento da ordem de serviço/fornecimento, e não para habilitação, devendo, contudo, o licitante, em tal caso, apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

17.6.1. Havendo alguma restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal de MI, EPP ou MEI, será assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que o termo inicial do prazo será o dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

17.6.2. O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

17.7 - Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do encerramento da sessão de disputa e solicitação do pregoeiro.

17.8 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.



17.9 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

17.10 – Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

17.11 – Quando verificada discrepância relevante entre o preço da menor oferta obtida no certame e aquele decorrente da negociação com o licitante remanescente, será facultado à Administração revogar o procedimento licitatório, mediante despacho fundamentado, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

18 - DOS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1 – No mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

18.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica – internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação final; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

18.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7 - Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, registrados em campo próprio e anexados documentos digitalizados em formato “pdf”. Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.



18.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

18.9 - A minuta da ata da sessão pública será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

19 - DA ADJUDICAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA FIRMAR O CONTRATO

19.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

19.2 - Após a homologação referida no item anterior, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

19.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

19.4 - No ato de assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do pacto.

19.5 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93, observado o disposto no § 2º do item 20.2.

19.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no CRC/ES, por intermédio da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER, mediante motivação do órgão ou entidade licitante.

20 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

20.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

20.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;



20.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 20.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

20.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.



20.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

20.4 – Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

20.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

20.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é de:

Lote 01 – R\$ 1.501.000,00 (um milhão e quinhentos e um mil reais).

Lote 02 – R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais).



Lote 03 – R\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais).

Lote 04 – R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Lote 05 – R\$ 178.600,00 (cento e setenta e oito mil e seiscentos reais).

Lote 06 – R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais).

Lote 07 – R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Lote 08 – R\$ 231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais).

Lote 09 – R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais).

21.2 – Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no site www.compras.es.gov.br, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital.

21.3 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do ajuste ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.4 - Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Administração adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.

21.5 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.

21.6 - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

21.7 - Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.

21.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.9 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.

21.10- Em se tratando de licitação cujo objeto esteja agrupado em lotes, é possível e lícita a adjudicação e homologação da licitação, por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela



Administração Pública Estadual não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho fundamentado no respectivo processo administrativo, atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.

21.11- Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.

21.12- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.13- As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.14- Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

21.15- A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.

21.16- Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

21.17- A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.18- Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

21.19- A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvando o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.

21.20- No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Vitória (ES), 17 de abril de 2013.

Patrícia Bravim Melotti
Pregoeira / SEFAZ-ES



ANEXO I

PREGÃO Nº 007/2013

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS

LOTE 01 – MICROCOMPUTADOR DO TIPO ALL IN ONE:

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
01	Microcomputador do tipo All In One	380	R\$ 3.950,00	R\$ 1.501.000,00

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 01 – R\$ 1.501.000,00 (um milhão e quinhentos e um mil reais).

LOTE 02 – MICROCOMPUTADOR DO TIPO ALL IN ONE: (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS)

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
01	Microcomputador do tipo All In One	20	R\$ 3.950,00	R\$ 79.000,00

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 02 – R\$ R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais).

REQUISITOS PARA OS LOTES 01 E 02

MICROCOMPUTADOR do Tipo All In One

Com as seguintes configurações mínimas

Quantidade Total: 400 (Quatrocentas) unidades

1 - Placa Mãe

1.1. Placa-mãe deverá ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado.

2 – Bios

2.1. A BIOS deverá ser implementada em memória “flash”, atualizável diretamente pelo microcomputador, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direito (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceito soluções em regime de OEM ou customizações;



- 2.2. Deverá suportar senha de acesso a BIOS (Setup Password);
- 2.3. Deverá suportar senha de inicialização do equipamento (Power-On Password);
- 2.4. A interface de configuração deverá possuir opção de exibição no idioma Português do Brasil ou inglês;
- 2.5. Sempre que o equipamento for inicializado deverá ser exibido no monitor de vídeo o nome do fabricante do microcomputador;
- 2.6. Deverá possuir campo com número de série do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos DMI ou SMBIOS;
- 2.7. Deverá possuir ferramentas de diagnóstico ou verificação de performance do disco rígido.

3 – Processador

- 3.1. Deverá possuir 04 (quatro) núcleos de processamento;
- 3.2. Deverá possuir tecnologia de fabricação de 32 nm (trinta e dois nanômetros);
- 3.3. Clock real deverá ser de mínimo de 2.5 GHz (Dois ponto cinco gigahertz);
- 3.4. Deverá possuir memória cache de no mínimo 06 (Seis) MB (seis megabytes);
- 3.5. Deverá possuir tecnologia de virtualização;
- 3.6. Deverá possuir um link DMI, no mínimo, 5 GT/s (cinco GigaTransfers por segundo);
- 3.7. Deverá ser projetado para efetuar computação simultânea de 32 bits e 64 bits.

4 – Chipset

- 4.1. Deverá suportar a expansão de memória para 8 GB (oito gigabytes), padrão DDR3 de 1333 MHz, ou superior;
- 4.2. Deverá suportar a controladora de disco padrão SATA III (6.0 Gb/s);
- 4.3. Deverá suportar ao padrão SMART III, ou superior;
- 4.4. Deverá suportar configuração Dual Channel para um melhor desempenho.

5 - Memória RAM (Random Access Memory)

- 5.1. Deverá possuir memória mínima de 08 GB (oito gigabytes) instalada em módulos de 04 GB (quatro gigabytes);
- 5.2. Deverá ser de no mínimo o padrão DDR3 PC3-10600 de 1333 MHz;
- 5.3. Deverá estar configurado no modo de canal duplo (Dual Channel Memory) para um



melhor desempenho.

6 - Slots PCI e Portas de comunicação

- 6.1. Deverá possuir no mínimo 06 (seis) portas USB 2.0, 02 (dois) laterais e 04 (quatro) traseiros. Não será permitido uso “hub” USB, para atingir o número de portas solicitadas;
- 6.2. 01 (uma) porta RJ-45, para conexão de rede Gigabit Ethernet;
- 6.3. Leitor de cartão de memória (6-1);
- 6.4. 01 (uma) interface Wireless;
- 6.5. Conectores multimídia divididos em 01 (um) Headphone/Line out e 01 (um) microfone/Line in;
- 6.6. Todos os conectores das portas de entrada/saída de sinal devem ser identificados pelos nomes ou símbolos.

7 - Unidades de armazenamento e leitura óptica

- 7.1. Deverá possuir 01 (uma) unidade de disco rígido com capacidade mínima de 500 GB (quinhentos gigabytes), padrão Serial ATA 6.0 Gb/s, velocidade de rotação de 7200 RPM e tecnologia SMART III para detecção de pré-falhas do disco rígido;
- 7.2. Deverá possuir 01 (uma) unidade óptica tipo DVD-RW interna ao gabinete com todos os softwares necessários para utilização de todos os recursos da unidade.

8 - Interface de Vídeo

- 8.1. Deverá possuir 01 (uma) controladora gráfica HD integrada, podendo ser Compartilhada com a memória principal, sendo compatível com a resolução 1920x1080, proposto para este equipamento;
- 8.2. Deverá possuir base de frequência gráfica mínima de 650MHZ;
- 8.3. Deverá suportar no mínimo resolução de 1920X1080 pixels;

9 – Tela

- 9.1. Deverá possuir tela de no mínimo 21” (vinte e uma polegadas);
- 9.2. Deverá suportar no mínimo a resolução de 1920X1080 pixels;
- 9.3. Deverá possuir taxa de contraste de mínimo 1000:1;
- 9.4. Deverá possuir taxa de brilho mínima de 250 cd/m²;
- 9.5. Deverá ser do tipo “Widescreen”.

10 - Placa de rede

- 10.1. Conector RJ-45;



- 10.2. Rede fast Ethernet 10/100/1000 Mbps;
- 10.3. Rede Wireless 802.11 b/g/n;
- 10.4. Possuir suporte as tecnologia WOL (Wake-up On LAN);
- 10.5. Possuir tecnologia PXE;
- 10.6. Possuir compatibilidade com o padrão IEEE 802.1x.

11 - Interface de Som

- 11.1. Possuir caixa de som (interno) estéreo de alta definição.

12 – Teclado

- 12.1. Deverá ser fornecido 01 (um) teclado no padrão ABNT II;
- 12.2. Conector compatível com o equipamento proposto sem a necessidade de utilização de adaptador.

13 – Mouse

- 13.1. Tipo óptico;
- 13.2. Resolução de no mínimo 400 dpi;
- 13.3. Deverá ser fornecido 01 (um) mouse por equipamento;
- 13.4. Possuir 02 (dois) botões para seleção (click) e um botão de rolagem “scroll”;
- 13.5. Conector compatível com o equipamento proposto sem a necessidade de utilização de adaptador.

14 – Alimentação

- 14.1. Deverá possuir fonte de alimentação com chaveamento automático 110/220, com capacidade para suportar a máxima configuração do item cotado.

15 – Software

- 15.1. O equipamento deverá ser entregue com o Sistema Operacional Microsoft Windows 7 Professional 64 bits, ou superior, pré-instalado, em português do Brasil.

16 - Condições Gerais

- 16.1. Componente como teclado e mouse deverão ser do mesmo fabricante do equipamento;
- 16.2. Serão aceitos apenas equipamentos totalmente integrados, com arquitetura mista entre desktop e elementos de notebook, em gabinete único, sem adaptações, admitindo-se não integrados fisicamente: mouse, teclado e fonte de alimentação.

17 – Garantia e Suporte Técnico

- 17.1. O equipamento ofertado deverá pertencer à linha atual de produção de um mesmo fabricante. Isso deve ser comprovado na entrega da proposta técnica;



17.2. O equipamento proposto deverá possuir garantia mínima de 60 (sessenta) meses “on-site” do fabricante, para reposição de peças, mão de obra e atendimento no local;

17.3. A contratada garantirá a substituição de peças de reposição originais, da mesma linha do produto ofertado;

17.4. No caso de reparação, o primeiro atendimento deverá ocorrer em até 24h, e o problema deve ser solucionado em até 72 horas. Caso a contratada não repare o equipamento no prazo estabelecido, a mesma ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis por outro equipamento do mesmo fabricante, com as mesmas características e capacidade igual ou superior ao substituído;

17.5. O licitante arrematante deverá informar em sua proposta comercial:

a) Que o fabricante possui site na web e qual seu endereço, onde estejam disponibilizados recursos para downloads de atualização de bios e drivers para o equipamento proposto;

b) Que o fabricante possui canal direto de comunicação para abertura de chamados técnicos para os produtos ofertados, que deverá estar disponível de segunda a sexta-feira em horário comercial;

c) Que os equipamentos propostos possuem assistência técnica autorizada pelo fabricante na região da Grande Vitória, informando o nome, endereço e telefone da (s) empresa(s) autorizada(s) que prestará(ão) serviços gratuitos de manutenção, durante o período de garantia; e

d) Que o equipamento ofertado foi projetado para o uso corporativo.

18 - Certificação

18.1. Todos os certificados deverão obrigatoriamente ser apresentados em original ou através de cópia autenticada por cartório competente, com exceção de certificados emitidos através da internet, nos quais deverá constar obrigatoriamente a URL do site de origem;

18.2. O equipamento ofertado deve estar em acordo com as normas de emissão de ruídos, ISO 7779 e ISO 9296 ou NBR 10.152.

19 - Meio Ambiente

19.1. O modelo de microcomputador deve estar em conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, ser construído com materiais que não agridam o meio ambiente;

19.2. O equipamento (Microcomputador) deverá ter certificado EPEAT (Electronical Product Environmental Assesment Tool - <http://www.epeat.net>), país Brasil, na categoria Silver, para assegurar que o fabricante pratica ações e utiliza componentes no processo produtivo do equipamento que minimiza danos ao meio ambiente;

19.3. O computador ofertado deve possuir certificação Energy Star 5.0.



LOTE 03 – MICROCOMPUTADOR DESKTOP – AVANÇADO:

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
01	Microcomputador Desktop - Avançado	85	R\$ 3.200,00	R\$ 272.000,00

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 03 – R\$ 272.000,00 (duzentos e setenta e dois mil reais).

LOTE 04 – MICROCOMPUTADOR DESKTOP – AVANÇADO: (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS)

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
01	Microcomputador Desktop - Avançado	25	R\$ 3.200,00	R\$ 80.000,00

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 04 – R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

REQUISITOS PARA OS LOTES 03 E 04

MICROCOMPUTADOR DESKTOP – AVANÇADO

Com as seguintes configurações mínimas

Quantidade Total: 110 (cento e dez) unidades

1. Placa Mãe

1.1. Placa-mãe deverá ser projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado;

1.2. Deverá possuir a tecnologia de segurança Trusted Platform Module (TPM) versão 1.2, integrado à placa mãe.

2. Bios

2.1. A BIOS deverá ser implementada em memória “flash”, atualizável diretamente pelo microcomputador, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direito (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceito soluções em regime de OEM ou customizações;

2.2. Deverá suportar senha de acesso a BIOS (Setup Password);

2.3. Deverá suportar senha de inicialização do equipamento (Power-On Password);



2.4. A interface de configuração deverá possuir opção de exibição no idioma Português do Brasil ou inglês;

2.5. Sempre que o equipamento for inicializado deverá ser exibido no monitor de vídeo o nome do fabricante do microcomputador;

2.6. Deverá possuir campo com número de série do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos DMI ou SMBIOS;

2.7. Deverá possuir ferramentas de diagnóstico ou verificação de performance do disco rígido.

3. Processador

3.1. Deverá possuir 04 (quatro) núcleos de processamento;

3.2. Deverá possuir tecnologia de fabricação de 32 nm (trinta e dois nanômetros);

3.3. Clock real deverá ser de mínimo de 3,3 GHz (três vírgula três gigahertz);

3.4. Deverá possuir memória cache de no mínimo 08 MB (oito megabytes);

3.5. Deverá possuir tecnologia de virtualização;

3.6. Deverá ser projetado para efetuar computação simultânea de 32 bits e 64 bits;

3.7. Deverá possuir um link DMI, no mínimo, 5 GT/s (cinco GigaTransfers por segundo) ou arquitetura HyperTransport a, no mínimo, 4000 MT/s (quatro mil MegaTransfers por segundo).

4. Chipset

4.1. Deverá suportar a expansão de memória para mínimo de 16 GB (dezesesseis gigabytes), padrão DDR3 PC3-10600/1333 MHz, ou superior;

4.2. Deverá suportar a controladora de disco padrão SATA III (6.0 Gb/s);

4.3. Deverá suportar ao padrão SMART III, ou superior;

4.4. Deverá suportar configuração Dual Channel para um melhor desempenho;

5. Memória RAM (Random Access Memory)

5.1. Deverá possuir memória mínima de 08 GB (oito gigabytes) instalada em módulos de 04 GB (quatro gigabytes);

5.2. Deverá ser de no mínimo o padrão DDR3 PC3-10600 de 1333 MHz;

5.3. Deverá estar configurado no modo de canal duplo (Dual Channel Memory) para um melhor desempenho.



6. Slots PCI-E e Portas de comunicação

6.1. Deverá possuir no mínimo 04 (quatro) portas USB 2.0 traseiras e 02 (duas) portas USB frontais. Não será permitido uso “hub” USB, para atingir o número de portas solicitadas;

6.2. Deverá possuir 01 (uma) interface ethernet (rede), integrada, com as seguintes funcionalidades:

6.2.1. 10/100/1000MB/s para conexão de rede Gigabit;

6.2.2. WOL (Wake-up On LAN);

6.2.3. tecnologia PXE;

6.3. Deverá possuir 01 (uma) interface Wireless, integrada ou não, interna, com as seguintes funcionalidades:

6.3.1. 802.11 b/g/n;

6.3.2. compatibilidade com o padrão IEEE 802.1x;

6.3.3. velocidade de até de 300MB/s, ou superior;

6.4. Deverá possuir conectores multimídia frontais divididos em 01 (um) Headphone/Line out e 01 (um) microfone/Line in;

6.5. Todos os conectores das portas de entrada/saída de sinal devem ser identificados pelos nomes ou símbolos;

7. Unidades de armazenamento e leitura óptica

7.1. Deverá possuir 1,5 TB (Um mil e quinhentos gigabytes) distribuídos em no máximo 2 unidades de disco rígido, padrão SATA III 6.0 Gb/s, tecnologia SMART III, ou superior, para detecção de pré-falhas do disco rígido;

7.2. Deverá possuir 01 (uma) unidade óptica tipo DVD-RW, SATA ou superior, interna ao gabinete, com todos os softwares necessários para utilização de todos os recursos da unidade.

8. Interface gráfica

8.1. Deverá possuir 01 (uma) controladora gráfica dedicada (offboard);

8.1.1. Mínimo de 1GB (um gigabyte) de memória dedicada;

8.1.2. Padrão PCI-e;

8.1.3. Mínimo de 128bits;

8.1.4. Saída de vídeo para monitor adicional, compatível com monitor ofertado;

8.1.5. Deverá possuir base de frequência gráfica mínima de 750MHz;

8.1.6. Deverá suportar no mínimo resolução de 1920X1080 pixels;

8.1.7. Deverá ser compatível com o DirectX 10, ou posterior.

9. Gabinete

9.1. Autofalantes integrados;

9.2. Permitir abertura do gabinete, sem a necessidade de utilização de ferramentas;



9.3. Permitir a fixação dos drives internos através de travas, permitindo a instalação e desinstalação sem o uso de ferramentas;

9.4. Fonte de alimentação ATX, Bivolt (110/200 Volts) automática de voltagem e potência suficiente para suportar a máxima configuração do item cotado;

9.5. Com sistema de refrigeração adequada ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete, para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes. O fluxo do ar interno ao gabinete deve seguir as orientações do fabricante do microprocessador;

9.6. Botão de liga/desliga e luzes de indicação de atividade da unidade de disco rígido e de computador ligado (power-on) na parte frontal do gabinete.

10. Tela

10.1. Deverá possuir tela de LED, no mínimo 23” (vinte e três polegadas);

10.2. Deverá suportar a resolução de 1920X1080 pixels;

10.3. Deverá possuir taxa de contraste de mínimo 1000:1;

10.4. Deverá possuir taxa de brilho mínima de 250 cd/m²;

10.5. Deverá ser do tipo “Widescreen”.

11. Teclado

11.1. Deverá ser fornecido 01 (um) teclado no padrão ABNT II;

11.2. Conector compatível com o equipamento proposto sem a necessidade de utilização de adaptador.

12. Mouse

12.1. Tipo óptico;

12.2. Resolução de no mínimo 400 dpi;

12.3. Deverá ser fornecido 01 (um) mouse por equipamento;

12.4. Possuir 02 (dois) botões para seleção (click) e um botão de rolagem “scroll”;

12.5. Conector compatível com o equipamento proposto sem a necessidade de utilização de adaptador.

13. Gerenciamento e Segurança

13.1. O equipamento deverá possuir um sensor de intrusão integrado;

13.2. Possuir cadeado ou trava similar com chave;



13.3. Deverá possuir indicadores (led, display ou bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo e etc) que esteja com problema, para agilizar o reparo;

13.4. Deverá possuir gestão térmica e de energia de forma automática;

13.5. Permitir gerenciamento remoto, com acesso a BIOS, permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem (.ISO) em um compartilhamento de rede ou CD ou disquete no console de administração, mesmo com o equipamento desligado;

13.6. Permitir ligar e desligar o micro remotamente, com controle de acesso, em horários programados, independente do estado do sistema operacional;

13.7. Permitir acesso remoto via hardware, através de conexão TCP/IP, à interface gráfica do microcomputador (KVM over IP), com controle total de teclado, monitor e mouse, independente do estado, tipo e versão do sistema operacional instalado no microcomputador ofertado, com controle remoto total da BIOS e visualização das telas de POST e telas gráficas do sistema operacional;

13.8. Permitir instalação de sistemas operacionais remotamente, com acesso remoto ao teclado e mouse, além da visualização remota gráfica das telas de instalação.

14. Software

14.1. O equipamento deverá ser entregue com o Sistema Operacional Microsoft Windows 7 Professional 64 bits, ou superior, pré-instalado, em português do Brasil.

15. Condições Gerais

15.1. Componente como teclado e mouse deverão ser do mesmo fabricante do equipamento ou fabricados em regime de OEM.

16. Garantia e Suporte Técnico

16.1. O equipamento ofertado deverá pertencer à linha atual de produção de um mesmo fabricante. Isso deve ser comprovado na entrega da proposta técnica;

16.2. O equipamento proposto deverá possuir garantia mínima de 60 (sessenta) meses “on-site” do fabricante, para reposição de peças, mão de obra e atendimento no local;

16.3. A contratada garantirá a substituição de peças de reposição originais, da mesma linha do produto ofertado;

16.4. No caso de reparação, o primeiro atendimento deverá ocorrer em até 24h, e o problema deve ser solucionado em até 72 horas. Caso a contratada não repare o equipamento no prazo estabelecido, a mesma ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis por outro equipamento do mesmo fabricante, com as mesmas características e capacidade igual ou superior ao substituído;

16.5. O licitante arrematante deverá informar em sua proposta comercial:



- a) Que o fabricante possui site na web e qual seu endereço, onde estejam disponibilizados recursos para downloads de atualização de bios e drivers para o equipamento proposto;
- b) Que o fabricante possui canal direto de comunicação para abertura de chamados técnicos para os produtos ofertados, que deverá estar disponível de segunda a sexta-feira em horário comercial;
- c) Que os equipamentos propostos possuem assistência técnica autorizada pelo fabricante na região da Grande Vitória, informando o nome, endereço e telefone da (s) empresa(s) autorizada(s) que prestará(ão) serviços gratuitos de manutenção, durante o período de garantia; e
- d) Que o equipamento ofertado foi projetado para o uso corporativo.

17 – Certificação

17.1. Todos os certificados deverão obrigatoriamente ser apresentados em original ou através de cópia autenticada por cartório competente, com exceção de certificados emitidos através da internet, nos quais deverá constar obrigatoriamente a URL do site de origem;

17.2. O equipamento ofertado deve estar em acordo com as normas de emissão de ruídos, ISO 7779 e ISO 9296, ou NBR 10.152.

18 - Meio Ambiente

18.1. O modelo de microcomputador deve estar em conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, ser construído com materiais que não agridam o meio ambiente;

18.2. O equipamento (Microcomputador) deverá ter certificado EPEAT (Electronical Product Environmental Assesment Tool - <http://www.epeat.net>), país Brasil, na categoria Silver, para assegurar que o fabricante pratica ações e utiliza componentes no processo produtivo do equipamento que minimiza danos ao meio ambiente;

18.3. O computador ofertado deve possuir certificação Energy Star 5.0.



LOTE 05 – NOTEBOOKS:

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
01	Notebooks	38	R\$ 4.700,00	R\$ 178.600,00

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 05 – R\$ 178.600,00 (cento e setenta e oito mil e seiscientos reais).

LOTE 06 – NOTEBOOKS: (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS)

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
01	Notebooks	12	R\$ 4.700,00	R\$ 56.400,00

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 06 – R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais).

REQUISITOS PARA OS LOTES 05 E 06

NOTEBOOKS

Com as seguintes configurações mínimas

Quantidade Total: 50 (cinquenta) Unidades

1. Processador

1.1. Deverá possuir 02 (dois) núcleos de processamento;

1.2. Deverá possuir tecnologia de fabricação de 32nm (trinta e dois nanômetros);

1.3. Projetado para tecnologia móvel;

1.4. Deverá possuir clock real de no mínimo 2.5GHz;

1.5. Projetado para efetuar computação simultânea de 32 bits e 64 bits;

1.6. Possuir tecnologia de virtualização;

1.7. Possuir cache 03MB (três megabytes).

2. BIOS

2.1. A BIOS deverá ser do mesmo fabricante do equipamento ofertado;

2.2. A interface de configuração poderá ser um dos idiomas: Português do Brasil ou Inglês Internacional;



2.3. Sempre que o equipamento for inicializado deve ser mostrado no monitor de vídeo o nome do fabricante do microcomputador;

2.4. Ser compatível com SMBIOS (System Management Bios), tecnologia que fornece informações completas e dinâmicas da configuração do equipamento acessado por sistemas de gerenciamento em rede, possibilitando o inventário de hardware de cada equipamento remotamente.

3. Memória RAM

3.1. Deverá possuir memória mínima de 08 GB (oito gigaBytes), instalada em 02 módulos de 4GB (quatro gigabytes);

3.2. Deverá ser no padrão DDR3 de 1333 MHz ou superior;

3.3. Deverá suportar a configurações de memória de canal duplo (Dual Channel Memory) para um melhor desempenho.

4. Placa Mãe

4.1. 01 porta VGA;

4.2. 01 porta HDMI;

4.3. Deverá possuir no mínimo 02 portas USB 2.0;

4.4. Deve ser do mesmo fabricante do equipamento;

4.5. Deverá possuir a tecnologia de segurança Trusted Platform Module (TPM) versão 1.2, integrado à placa mãe.

5. Interfaces

5.1. Interface gráfica integrada com frequência mínima de 650MHz;

5.2. Interface de Rede com fio Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps;

5.2.1. Compatível com PXE;

5.2.2. Suporte a tecnologia WOL (Wake-up On LAN);

5.2.3. Compatível com 802.1x;

5.3. Interface de som, com conector para Line Out e Mic;

5.4. Interface de Rede Wireless, 802.11 b/g/n;

5.5. Deverá possuir tecnologia bluetooth 3.0;

5.6. Deverá possuir Modem 3G Embarcado diretamente na placa mãe;

5.6.1. Tecnologias de acesso: GSM/GPRS/EDGE (2G) e UMTS/WCDMA (3G).

6. Armazenamento e Leitura

6.1. 01 unidade de disco rígido de no mínimo 320 GB SATA 7200RPM;

6.2. 01 unidade DVD+/-RW;



7. Teclado

7.1. ABNT II.

8. Mouse

8.1. Touch Pad.

9. Tela

9.1. LED antirreflexo de alta definição (1366 x 768), dimensão de 13,3".

10. Bateria

10.1. Interna com autonomia mínima de 5 horas.

11. Fonte de alimentação

11.1. O adaptador externo deverá suportar alimentação AC/DC, 110/220 volts, com seleção automática de tensão.

12. Peso

12.1. Peso máximo 1.67 kg.

13. Certificação

13.1. Todos os certificados deverão obrigatoriamente ser apresentados em original ou através de cópia autenticada por cartório competente, com exceção de certificados emitidos através da internet, nos quais deverá constar obrigatoriamente a URL do site de origem.

14. Diversos

14.1. Maleta com alça para transporte adequado e condizente ao equipamento proposto, com divisões para acomodar todos os acessórios fornecidos;

14.2. Mouse óptico USB com scroll, ergométrico, possuir 2 botões, resolução de 400 DPI. Ergométrico para utilização de destros e canhotos;

14.3. O equipamento deverá vir acompanhado de mídia de recuperação, do mesmo fabricante do equipamento ou certificada por ele com todos os drivers necessários, possibilitando a restauração da configuração original de fábrica do equipamento;

14.4. Manuais e mídias originais e drivers de todas as placas e periféricos.

15. Garantia e Suporte Técnico

15.1. O equipamento ofertado deverá pertencer à linha atual de produção de um mesmo fabricante. Isso deve ser comprovado na entrega da proposta técnica;

15.2. O equipamento proposto deverá possuir garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses “on-site” do fabricante, para reposição de peças, mão de obra e atendimento no local;

15.3. A contratada garantirá a substituição de peças de reposição originais, da mesma linha do produto ofertado;

15.4. No caso de reparação, o primeiro atendimento deverá ocorrer em até 24h, e o problema deve ser solucionado em até 72 horas. Caso a contratada não repare o equipamento no prazo estabelecido, a mesma ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis por outro equipamento do mesmo fabricante, com as mesmas características e capacidade igual ou superior ao equipamento substituído;

15.5. O licitante arrematante deverá informar em sua proposta comercial:

a) Que o fabricante possui site na web e qual seu endereço, onde estejam disponibilizados



recursos para downloads de atualização de bios e drivers para o equipamento proposto;

b) Que o fabricante possui canal direto de comunicação para abertura de chamados técnicos para os produtos ofertados;

c) Que os equipamentos propostos possuem assistência técnica autorizada pelo fabricante na região da Grande Vitória, informando o nome, endereço e telefone da (s) empresa(s) autorizada(s) que prestará(ão) serviços gratuitos de manutenção, durante o período de garantia; e

d) Que o equipamento ofertado foi projetado para o uso corporativo.

15.6. Todos os certificados deverão, obrigatoriamente, ser apresentados em original ou através de cópia autenticada por cartório competente, com exceção de certificados emitidos através da internet, nos quais deverá constar obrigatoriamente a URL do site de origem.

16. Software

16.1. O equipamento deverá ser entregue com o Sistema Operacional Microsoft Windows 7 Professional 64 bits, ou superior, pré-instalado, em português do Brasil.

17. Meio Ambiente

17.1. O computador ofertado deve possuir certificação Energy Star 5.0;

17.2. O computador ofertado deve estar listado na categoria GOLD na ferramenta eletrônica EPEAT (Electronical Product Environmental Assesment Tool - <http://www.epeat.net>), país Brasil.



LOTE 07 – NOBREAK INTERATIVO: (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS)

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
01	Nobreak Interativo	200	R\$ 280,00	R\$ 56.000,00

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 07 – R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

NOBREAK INTERATIVO
Com as seguintes Configurações Mínimas

Quantidade: 200 (Duzentas) Unidades

1. Características

- 1.1. Potência Nominal de 600VA/300W;
- 1.2. Topologia: Onda senoidal por aproximação Line- interactive, senoidal por aproximação, Interativo, estabilizador com 4 estágios de regulação;
- 1.3. Construção do gabinete com material anti-chama;
- 1.4. Tensão de entrada Bivolt automático (100 a 240VAC \pm 10% 60 Hz);
- 1.5. Variação Máxima (V): Para entrada em 120V: 90V A 144V;
- 1.6. Tempo de transferência: Obrigatoriamente inferior a 1 ms;
- 1.7. Tensão de saída de 127V;
- 1.8. Filtro de linha e estabilizador interno;
- 1.9. Acionamento do Inversor: < 0,8ms;
- 1.10. Recarga automática das baterias, com tempo máximo de recarga de 90% da capacidade em 8 horas;
- 1.11. Alarmes audiovisuais (sonoro e leds): Informam os problemas no circuito do Nobreak.

2. Sinalização visual (leds): Prestam informações sobre: Rede elétrica normal e Bateria baixa (baterias com pouca carga)

- 2.1. Permite ser ligado na ausência de rede elétrica (DC Start);
- 2.2. Proteção contra sobrecarga: Proteção do inversor do nobreak caso o consumo dos equipamentos ligados a ele excedam sua potência nominal;
- 2.3. Proteção contra descarga total das baterias;



- 2.4. Proteção contra sobre tensão e subtensão de rede elétrica;
 - 2.5. Microprocessado;
 - 2.6. Recarga automática das baterias;
 - 2.7. Filtro de linha interno;
 - 2.8. Chave liga/desliga embutida ou temporizada para evitar acionamentos acidentais e involuntários;
 - 2.9. Inversor sincronizado com a rede;
 - 2.10. Circuito desmagnetizador;
 - 2.11. Auto teste de baterias e do no-break;
 - 2.12. Para montagem na vertical e horizontal, não possuindo largura superior a 100m.
3. Tomadas de saída e cabo de alimentação
 - 3.1. Mínimo de 4 saídas tripolares NBR 14136. Não será permitido o uso de extensões e/ou adaptadores para adequação da quantidade de tomadas;
 - 3.2. O cabo de alimentação elétrica deve ser de 1,5m.
4. Baterias
 - 4.1. Internas, seladas, sem emissão de gases nocivos.
5. Autonomia
 - 5.1. 15 minutos para carga de 1Pc + monitor de LCD 15”+ impressora jato de tinta.
6. Dados para suporte técnico
 - 6.1. O licitante arrematante deverá informar em sua proposta comercial:
 - a) Que o fabricante possui site na web e que seu endereço seja informado;
 - b) Que os equipamentos propostos possuem assistência técnica autorizada pelo fabricante na região da Grande Vitória, informando o nome, endereço e telefone da (s) empresa(s) autorizada(s) que prestará(ão) serviços gratuitos de manutenção, durante o período de garantia.
7. Diversos
 - 7.1. Manual de instalação e operação em português.
8. Garantia
 - 8.1. 12 meses.



LOTE 08 – LICENÇAS DE SOFTWARE:

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
01	Licença da Suíte Office: Microsoft Office Professional, versão 2010 ou superior, na modalidade de licenciamento SELECT, idioma português Brasil.	420	R\$ 550,00	R\$ 231.000,00

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 08 – R\$ 231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais).

LOTE 09 – LICENÇAS DE SOFTWARE: (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS)

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO
01	Licença da Suíte Office: Microsoft Office Professional, versão 2010 ou superior, na modalidade de licenciamento SELECT, idioma português Brasil.	140	R\$ 550,00	R\$ 77.000,00

VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE 09 – R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais).

REGRAS GERAIS PARA TODOS OS LOTES

1. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

a) O licitante arrematante deverá apresentar em sua proposta a marca e o modelo do produto ofertado, bem como comprovar por meio de documentação oficial do fabricante, catálogos, folders, manuais do produto, sites “impressos” da Web com suas respectivas URL’s para conferência, declarações e certificados, que o produto ofertado atende às especificações mínimas exigidas no Edital.

b) Todos os documentos deverão, obrigatoriamente, ser apresentados em original ou através de cópia autenticada por cartório competente, com exceção daqueles emitidos através da internet, nos quais deverá constar obrigatoriamente a URL do site de origem.



2. DA ENTREGA, ACEITAÇÃO OU RECUSA DOS EQUIPAMENTOS

- a) A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato e será considerada como recusa formal a falta de entrega deste no prazo estabelecido, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela licitante e reconhecido e/ou acordado com a Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo – SEFAZ-ES; *(para todos os Lotes)*
- b) A entrega dos produtos deverá estar acompanhada da Nota Fiscal e no recebimento dos mesmos será observado pela CONTRATANTE se os equipamentos entregues estão de acordo com as especificações; *(para todos os Lotes)*
- c) Todos os produtos deverão atender rigorosamente às especificações solicitadas no Edital e demais anexos (caso houver). A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa por parte da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Espírito Santo – SEFAZ-ES, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição; *(para todos os Lotes)*
- d) Os equipamentos entregues e recebidos ficam sujeitos à reparação ou substituição, pelo fornecedor, desde que comprovada a existência de defeito, cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização; *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*
- e) Os equipamentos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga e armazenamento, assinalando-se nas embalagens a procedência e demais características que os identifiquem e os qualifiquem; *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*
- f) Não serão aceitos equipamentos cujo acondicionamento apresente sinais de violação; *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*
- g) Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo – SEFAZ-ES, localizado na Rua Alberto de Oliveira Santos, Ed. Darcy Monteiro, nº 79, Térreo, Centro, Vitória – ES; *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*
- h) Fica a CONTRATADA ciente de que o recebimento dos equipamentos será em caráter provisório. O aceite final será firmado por técnicos da Gerência de Tecnologia da Informação – GETEC/SEFAZ e por técnicos do Instituto de Tecnologia da Informação e comunicação do Estado do Espírito Santo – PRODEST, após a realização dos testes iniciais para homologação dos produtos no prazo de 07 (sete) dias úteis; *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*
- i) A reparação ou substituição de equipamento entregue com defeito deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação da SEFAZ-ES à empresa sobre a recusa dos mesmos. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis. *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*



3. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Entregar os produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato, em perfeitas condições de operação; *(para todos os Lotes)*
- b) Informar o nome da pessoa designada para manter entendimentos com a SEFAZ-ES, durante a execução do contrato; *(para todos os Lotes)*
- c) Prestar serviços gratuitos de assistência técnica, on-site, incluindo manutenção, conservação e substituição de peças, sem qualquer ônus para a SEFAZ-ES, durante o período de garantia dos equipamentos, garantia esta estipulada no Edital; *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*
- d) Atender às solicitações de reparos nos equipamentos em até 24 (vinte e quatro) horas para a realização do primeiro atendimento e até 72 (setenta e duas) horas para a solução final do problema. Caso a CONTRATADA não termine o reparo do equipamento no prazo estabelecido e sua utilização tornar-se inviável, a CONTRATADA ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, por outro equipamento, do mesmo fabricante, com características de capacidade igual ou superior ao substituído. *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*
- e) Efetuar a entrega dos produtos de acordo com a especificação e demais condições estipuladas no Edital; *(para todos os Lotes)*
- f) Reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte os equipamentos em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente; *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*
- g) Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados; *(para todos os Lotes)*
- h) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação; *(para todos os Lotes)*
- i) Entregar equipamentos novos e de primeiro uso comprovado, conforme estipulado no Edital; *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*
- j) Manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8666/93. *(para todos os Lotes)*

4. DA GARANTIA E SUPORTE PARA OS EQUIPAMENTOS

- a) A garantia sobre os equipamentos objetos do Edital será em conformidade com o estipulado pelo Termo de Referência, contado a partir do recebimento definitivo do equipamento, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecido pelo fabricante e conforme a seguir:



I. A contratada deverá informar um canal de comunicação para abertura de chamados técnicos referente aos equipamentos. Este canal de comunicação deverá estar disponível de segunda a sexta-feira em horário comercial; *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*

II. Deverá indicar o site do fabricante na web disponibilizando catálogo com informações técnicas, download para atualização da BIOS e drivers, suporte técnico por e-mail; *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05 e 06)*

III. O atendimento a chamados técnicos será em horário comercial, de segunda a sexta-feira, on-site e deverá ser executado no laboratório de informática da Gerência de Tecnologia da Informação – GETEC, situado à Av. Jerônimo Monteiro, 96 – Edifício Aureliano Hoffmann, Centro, Vitória-ES, CEP 29010-002. *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05 e 06)*

IV. O atendimento a chamados técnicos será em horário comercial, de segunda a sexta-feira, tipo “balcão” e deverá ser executado no laboratório de informática de assistência técnica autorizada do fabricante. *(somente Lote 07)*

V. O prazo máximo para que se inicie o atendimento técnico será de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contando a partir do momento em que for realizado o chamado técnico devidamente formalizado. *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*

VI. O tempo máximo de paralisação tolerável do equipamento será de 72 (setenta e duas) horas, a partir do início do atendimento técnico. Caso a CONTRATADA não termine o reparo do equipamento no prazo estabelecido e a utilização do equipamento tornar-se inviável, a CONTRATADA ficará obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, por outro equipamento do mesmo fabricante com características de capacidade igual ou superior ao substituído. *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*

VII. A garantia deverá cobrir todo e qualquer problema de hardware. *(para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07)*

5. DO PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento definitivo dos equipamentos;

b) A SEFAZ-ES reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os equipamentos não estiverem de acordo com as especificações contidas no Edital e seus anexos (caso houver).



ANEXO II

PREGÃO Nº 007/2013

PROPOSTA COMERCIAL

Empresa: _____(Nome do licitante)_____

À: Secretaria de Estado da Fazenda

PREGÃO Nº 007/2013 – Lote ____ - Aquisição de Equipamentos de Informática, Suprimento de Energia e Licença de Software.

Prezados Senhores:

Pela presente formulamos Proposta Comercial para o fornecimento supracitado, de acordo com todas as condições do PREGÃO Nº 007/2013 e seus anexos.

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

Anexo I – Especificação dos produtos a serem adquiridos, com indicação do preço unitário de cada item e do preço global;

Anexo II – Documentos para Habilitação;

Anexo III - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade de presente Proposta é de 60 dias corridos, a contar da data estabelecida neste edital.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem em única e total contraprestação pelo fornecimento dos materiais.

4 - Indicação da modalidade de garantia do contrato, conforme artigo 56, da Lei nº 8.666/93 (assinale a opção desejada): () caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; () seguro-garantia; () fiança bancária.

Sem mais para o momento, firmamo-nos,

Atenciosamente,

Identificação e Assinatura



ANEXO III

PREGÃO Nº 007/2012

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, o licitante vencedor deverá apresentar a seguinte documentação:

1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da SEFAZ, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Parágrafo único. Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado) e Municipal da sede da licitante.
- c) Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS).



f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§1º. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§2º. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

I – A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 4 (quatro) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

III - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

IV - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

V - O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

VI - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de que o licitante forneceu produtos, sem restrição, de natureza semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por Órgãos da



Administração Pública ou Entidade Privada, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador, compatível com o objeto desta licitação;

b) Declaração do Licitante, comprometendo-se a prestar assistência técnica e manutenção dos equipamentos e dos serviços a serem prestados; (somente para os Lotes 01 a 07)

c) Declaração de que assume o compromisso de reparar os problemas que porventura surgirem nos equipamentos objeto desta licitação, nos prazos previstos no Anexo I deste Edital, contados do recebimento da notificação efetuada pelo órgão promotor do certame; (somente para os Lotes 01 a 07)

Parágrafo Primeiro. Toda a documentação para a habilitação, deverá ser apresentada em língua portuguesa, sendo admitido o recebimento de folhetos ou catálogos nos idiomas espanhol ou inglês, desde que devidamente traduzidos para o português por tradutor juramentado.

Parágrafo Segundo. É permitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante.

1.4 – DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

a) Declaração de cumprimento de inexistência no quadro funcional da empresa, de menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, a não ser que seja contratado na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854, de 27/10/99).

2 - DAS REGRAS RELATIVAS AO CRC/ES

a) Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto nº 2.394-R de 12 de novembro de 2009 e demais normas complementares;

b) Os licitantes cadastrados no CRC/ES poderão deixar de apresentar a documentação exigida nos itens 1.1 e 1.2;

c) Somente serão dispensados os documentos exigidos no Item 1.2, que se encontrarem dentro do prazo de sua validade;

d) Caso algum documento apresentado junto ao CRC/ES já esteja vencido, esse deverá ser apresentado junto ao Pregoeiro para fins de comprovar sua regularidade habilitatória, salvante a hipótese prevista na Lei Complementar nº 123/2006;

e) O CRC/ES não exige os interessados de apresentar a documentação relativa à qualificação técnica (Item 1.3) exigida, salvo se previamente encaminhada ao Núcleo de Cadastro e devidamente cadastrada;



f) Em todo o caso, fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;

g) Declarando o licitante que possui cadastro no CRC/ES, competirá ao Pregoeiro Oficial verificar a veracidade da afirmação por meio de consulta ao referido Sistema, devendo ser juntados aos autos os comprovantes da consulta.

3 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

3.1 - Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/aplicacoesSimples.app/ConsultarOpcao.aspx>;

b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

3.2 – Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123/2006:

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;

b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

d) Cópia do contrato social e suas alterações; e

e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

§1º. Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.



§2º. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, quando for o caso.

§3º. Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.



ANEXO IV

PREGÃO Nº 007/2013

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Vitória, ____ de _____ de _____.

Licitante interessado



ANEXO V

PREGÃO Nº 007/2013

DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME DA EMPRESA

ENDEREÇO DA EMPRESA

CNPJ DA EMPRESA

NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA QUE ASSINARÁ O CONTRATO

CPF E ÓRGÃO EMISSOR DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

NACIONALIDADE, PROFISSÃO, ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

ENDEREÇO RESIDENCIAL DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Vitória, ____ de _____ de _____.



ANEXO VI

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA E A EMPRESA _____

Processo nº _____
PREGÃO Nº ____/____

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da (NOME DO ÓRGÃO) adiante denominada **CONTRATANTE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o nº ____/____-____ com sede __(endereço completo)____, representada legalmente pelo seu Secretário / Dirigente, Dr. _____ - (nome, nacionalidade, estado civil, profissão)____, CPF/MF nº _____, residente e domiciliado _____(endereço completo)____, e a Empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede _____(endereço completo)____, inscrita no CNPJ sob o nº ____/____-____ neste ato representada pelo _____ (condição jurídica do representante) Sr. _____ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão) _____ ajustam o presente **CONTRATO** de Compra e Venda de Equipamentos de Informática, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, de acordo com os termos do Processo de nº _____, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela **CONTRATADA** datada de ____/____/____, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste **CONTRATO**, que se regerá pelas Cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a aquisição de Equipamentos de (preencher em conformidade com as especificações dos lotes), conforme as especificações contidas no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - DO PREÇO

2.1 - O preço total do presente contrato é de R\$ _____(valor por extenso), de acordo com a proposta comercial.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

2.3 - No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive transporte, tributos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados ao fornecimento dos bens, inclusive garantia.



CLÁUSULA TERCEIRA

3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos materiais adquiridos, até o trigésimo dia após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

3.2 – Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

3.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

3.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

3.5 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 e alterações posteriores.

3.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

CLÁUSULA QUARTA

4 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A Contratada garante a execução deste Contrato, na modalidade de _____ como definidas no art. 56, § 1º da Lei Nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (valor numérico) _____, _____ (valor por extenso) _____, equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com validade até 30 (trinta) dias após a data prevista para seu vencimento, tudo através do documento _____, que torna-se parte integrante do presente ajuste.

Parágrafo Primeiro. Ocorrendo alteração do preço contratual originariamente fixado, por força de revisão, reajuste, acréscimos e decréscimos quantitativos, dentre outras hipóteses previstas em lei e neste contrato, competirá à Contratada a oferta de nova garantia de execução de contrato, readequada ao preço contratual atualizado.



Parágrafo Segundo. O Contratante restituirá ou liberará a garantia prestada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da execução do Contrato, de acordo com o art. 56, § 4º da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA

5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da atividade nº _____, Elemento de Despesa nº _____ do orçamento da (SIGLA DO ÓRGÃO) para o exercício de

CLÁUSULA SEXTA

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 - O contrato terá início no dia posterior à da data da publicação do respectivo instrumento no Diário Oficial do Estado, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, não podendo ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários.

6.2 - É vedada a assunção de obrigações que importem em necessidade de alocação de créditos orçamentários relativos a exercício financeiro futuro.

6.3 - Fica resguardado o prazo de garantia do suprimento adquirido, conforme estipulado no Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

7.1 - A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº. 8.666/93) que será responsável, juntamente com o ITI – Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo - pelo recebimento do material, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos deste contrato.

7.2 - Os equipamentos serão recebidos, provisoriamente, pela CONTRATANTE, em até ____ (nº de dias por extenso) dias a contar da publicação do resumo do Contrato na imprensa oficial, no endereço: (endereço completo), telefone: ____-____, em sua totalidade, onde serão avaliados tecnicamente pelo órgão promotor do certame e pelo ITI – Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo.

7.3 - Decorridos 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento provisório, a CONTRATANTE procederá com o recebimento definitivo do objeto, caso esteja de acordo com o especificado no anexo I do Edital e neste Contrato.



7.4 - Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas no fornecimento e instalação dos equipamentos, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas constatadas, ficando a Contratada obrigada a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação.

7.5 - Somente após haver sanado as falhas e irregularidades apontadas, a contratada será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente.

CLÁUSULA OITAVA

8 - DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS (somente Lotes 01 a 07)

O equipamento, objeto deste Contrato, terá garantia de ____ (valor por extenso) meses, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

CLÁUSULA NONA

9 - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

9.1 - Constituem obrigações da Contratante:

- a) alocar os recursos orçamentários e financeiros necessários à aquisição do bem, promovendo o pagamento à Contratada, conforme as condições estabelecidas neste Contrato;
- b) designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto licitado, conforme ANEXO I;
- c) atestar e receber os equipamentos efetivamente contratados de acordo com as cláusulas deste documento.

9.2 - Constituem obrigações da Contratada:

- a) fornecer os equipamentos em perfeitas condições de uso, de acordo com o previsto nas especificações fornecidas na Proposta e estipuladas no Edital;
- b) entregar junto com os equipamentos os respectivos manuais e instruções conforme estipulado no ANEXO I;
- c) apresentar os documentos de cobrança, inclusive, Nota Fiscal com a descrição completa dos equipamentos;
- d) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações;
- e) observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado;



f) entregar os equipamentos pelo preço contratado e de acordo com as normas e especificações contidas no Edital e na proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

10.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

10.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

10.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

10.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) Advertência;

b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.



§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

10.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.



10.4 – Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

10.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

10.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA 11 - DA RESCISÃO

A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA 12 - DOS ADITAMENTOS

O presente contrato poderá ser aditado nos termos da Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA 13 - DOS RECURSOS

Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA 14 - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(a) (UNIDADE DO ÓRGÃO) designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA 15 - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, _____(nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa)_____.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
16 - DO FORO

Fica eleito o foro de Vitória-ES – Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidos por meios administrativos.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme.

Vitória-ES, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA